

Bom Começo

JORNAL DO BRASIL

O Banco Central começou o ano promovendo nova redução das taxas de juros. A medida contrariou as especulações no mercado financeiro. Parte do mercado apostava pesado na manutenção dos juros, em face do repique da inflação de janeiro e à necessidade de desacelerar a economia para reduzir os déficits da balança comercial.

A decisão do Banco Central foi tomada no mesmo dia em que o Ministério da Fazenda auscultava a CNI e a Fiesp sobre os problemas nas importações e o nível da atividade econômica. Os que preferiram acreditar nos gurus econômicos que passaram sem sucesso no combate à inflação, a ouvir as advertências da equipe econômica bem-sucedida na condução do Plano Real, de que não haveria mudanças na política monetária e cambial, perderam muito dinheiro.

Um dos motivos da insistência na tecla da mudança cambial vem do fato de que boa parte das fontes de recursos do sistema bancário brasileiro vem do exterior, aproveitando-se do alto diferencial entre as taxas externas e internas. Ao baixar novamente os juros sem alterar o curso do câmbio, o governo comprimiu mais o *spread* bancário, ampliando o grau de risco dessas operações.

A fobia em torno dos resultados da balança comercial — que, apesar dos transtornos às importações representados pela introdução do Siscomex, deverá continuar negativa neste primeiro trimestre, quando as exportações caem sazonalmente — é típica de um mercado ainda sem preparo para operar economia aberta e sem a proteção do Estado.

Na história econômica brasileira, exportações e importações sempre foram equilibradas. Só quando a crise dívida externa cortou o ingresso de recursos vo-

luntários no país, os grandes saldos tornaram-se imperativos. Após a renegociação da dívida em 92, as importações foram liberadas, as tarifas reduzidas e o país recompôs o crédito externo. Os déficits comerciais passaram a fazer parte do jogo.

O governo deu mais uma prova de que não há preocupações quanto ao fato de que um eventual crescimento da economia amplie os déficits comerciais. Os indicadores de vendas e estoque apresentados pelas duas entidades industriais do país coincidem com os do governo: não há sintomas de superaquecimento que recomendem qualquer freio na economia.

Os números são perfeitamente administráveis. Tudo depende do volume de ingresso de investimentos estrangeiros e de empréstimos voluntários ao país. No ano passado, os investimentos bateram todos os recordes: US\$ 9 bilhões. O aumento de US\$ 10 bilhões nas reservas cambiais indica a confiança internacional no Brasil.

Como disse o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, é preciso, sim, um grande esforço para reduzir o custo dos empréstimos tomados pelas empresas junto ao sistema financeiro, que continua com juros escorchantes. Sem juros suportáveis será mais difícil a indústria investir e se modernizar para enfrentar a concorrência dos importados.

Parte dos custos altos vem do impacto dos impostos aplicados pelo governo nas operações e dos recolhimentos compulsórios sobre depósitos e empréstimos. Outra vem do aumento da seletividade e das exigências dos bancos, atingidos pela onda de inadimplência. A recuperação da solidez financeira dos bancos, órfãos dos ganhos inflacionários, não pode, porém, comprometer a saúde do sistema produtivo.